**ATA DE REUNIÃO**

**Pauta:** Denúncias

**Participantes poder público:** Zoraide Caobianco Modenutte (DPE - NESC), Giovanna Carlos (SMDHC - Egressos e Familiares), Paula Santos (SMDHC - Egressos e Familiares), Julia Lima (SMDHC - Egressos e Familiares), Ellen Souza (SMDHC - CPDDH), Clarice Shiozawa (SMDHC - CPD), Ana Katarina Barbosa (SMDHC - CPIR), Julio Cesar Leite (SMDHC - CPJ), Camila Barros (SMDHC - DPS), Alcyr Barbin (SMDHC - ODH), Camila Tourinho (DPE - NESC), Marcelo Marchesini (SGM - SEPE), Kauanne Santos (SGM - SEPE), Sabrina Alexandrino (SMDET - CT), Maria Lucia Yamashita (SMS), Gabrielle Dias (SMS - Atenção Básica), Dep. Eduardo Suplicy.

**Participantes Sociedade Civil:** Samira Alves Matos (CnR), Adelaide Lorena Fernandes, Maria Alice Pellegrini Vergueiro, Bruno Karam, Maria Lúcia da Silva.

**Participantes Organização Social:** Mary Jello (Coletivo por Nós), Juliane Arcanjo (ITTC), Maria Railda Silva (Amparar), Miriam Duarte Pereira (Amparar), Fábio Pereira (Amparar), Tempestade (FEDSP), Cláudio Soares (Ad. Peniel/Associação Projeto Amor em Movimento), Marina Lage Drumond (Casa Flores).

**Às 14:15 do dia 17 do mês de outubro do ano de 2023**, Avenida Rangel Pestana, 215, nas dependências do equipamento Estação Cidadania. Reuniram-se os Srs. e Sras. indicados acima a fim de discutirem a pauta da reunião. A Sra. **Paula Santos** (SMDHC - Egressos e Familiares) e a Sra. **Giovanna Carlos** (SMDHC - Egressos e Familiares) presidiram a reunião.

A Sra. Paula agradeceu a todos e todas presentes na reunião e a Sra. Giovana informou que a SEHAB ainda não realizou a indicação de um representante para o GT e que a SMADS já sinalizou o representante, o qual, devido a trâmites burocráticos internos, está no aguardo da oficialização da indicação. Destacou também que o Grupo de Trabalho é um ambiente destinado à apresentação de propostas visando o desenvolvimento e aplicabilidade da política municipal, que resultará na elaboração do relatório final com as demandas da sociedade civil.

Seguiu comentando sobre os encaminhamentos da reunião anterior e disponibilizou um QR Code para facilitar o acesso ao grupo do WhatsApp, para a inclusão daqueles que não entraram anteriormente. Acrescentou também que a reunião é um espaço para debater as denúncias relacionadas à saidinha, bem como as demandas e possíveis direcionamentos de fluxo considerados necessários para o município. Além disso, mencionou cronograma em que acontecerão as "saidinhas" e a necessidade de mobilização dos serviços municipais para garantir a participação efetiva neste processo.

Terminou os informes ressaltando que o 1° Seminário Municipal sobre População Egressa do Sistema Prisional e Seus familiares acontecerá no dia 30/10 (segunda-feira), das 9h às 18h, no Museu da Inclusão, na Av. Mário de Andrade, 564 - Portão 10 - Barra Funda. Informou que o evento tem capacidade máxima de 200 participantes, e que ao longo do dia haverá a realização de mesas e rodas de conversa com temas relacionados à população egressa do sistema prisional e familiares.

A seguir, o Sr. **Julio Cesar** (SMDHC - CPJ) abordou o programa "Bolsa Trabalho". Ele destacou que cerca de 40% das bolsas oferecidas por esse programa são direcionadas para jovens que se encontram no Sistema de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) e jovens em medida socioeducativa, compreendendo a faixa etária de 16 a 20 anos.

Retomando as saidinhas, a Sra. **Tempestade** (FEDSP) mencionou sobre a necessidade de transporte gratuito, principalmente para quem vai para outras cidades, e que a Prefeitura deveria garantir as passagens de ida e volta, tendo em vista que essas pessoas recorrem a vaquinha ou meios alternativos para obter recursos a fim de custear as passagens.

A Sra. Paula respondeu trazendo à tona a importância de identificar os problemas relacionados à saidinha e a necessidade de compilar essas informações em um relatório final. Ela destacou a relevância da presença das diferentes pastas municipais na saidinha e do entendimento do papel de cada pasta nesse contexto. Paula ressaltou a importância de mapear as demandas específicas e pensar em como o município pode atender a essas necessidades por meio de programas e projetos existentes ou a serem desenvolvidos.

A Sra. Tempestade questionou afirmando que é relativamente fácil para o poder público identificar quem precisa desse auxílio financeiro, uma vez que essas pessoas costumam viajar para outras cidades, e o sistema tem informações sobre elas. Em seguida, a Sra. **Miriam Duarte** (AMPARAR) destacou o Artigo 3º da lei 17.933/23, que trata da atuação articulada do município, e enfatizou a importância de ampliar a aplicação da lei no âmbito municipal, considerando uma abordagem territorializada. A Sra. Miriam sugeriu que é fundamental pensar na implementação da lei e nas ações do município, explorando o que pode ser feito com base nessa legislação, além de não se limitar apenas às denúncias, mas buscar soluções efetivas.

Assim, a palavra foi passada a Sra. **Camila Tourinho** (DPE - NESC), que deu início a sua explanação sobre a atuação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. A Sra. Camila se apresentou e apresentou sua equipe, composta por Diego e Mariana. Ela destacou a importância de abordar o encaminhamento das denúncias e ressaltou a necessidade de chegar a propostas concretas para a implementação da política, e enfatizou que o espaço de discussão em questão é de grande importância.

Deu continuidade afirmando que as denúncias têm origem diversificada e podem ser recebidas pelo Núcleo de diferentes maneiras: através do e-mail do núcleo, podendo ser anônimas e sem a necessidade de identificação; pelo Disk 100, que também permite denúncias anônimas; por meio de denúncias feitas durante atendimentos no Núcleo; pelos defensores públicos, em especial durante audiências de custódia e inspeções nas prisões; e outras organizações e órgãos também procuram o Núcleo, estabelecendo várias fontes de denúncia.

Contou ainda que, além do encaminhamento específico das denúncias, o Núcleo realiza a contabilização das violações em cada unidade, categorizando-as por unidade e tema. Isso inclui a sistematização e a criação de um banco de dados para entender o conteúdo de cada denúncia. A Sra. Camila enfatizou que a produção de dados é um aspecto crucial na Defensoria Pública, embora não haja um sistema específico, sendo, muitas vezes, realizado manualmente, reafirmando a importância de envolver pesquisadores e faculdades para colaborarem na análise e interpretação desses dados.

Disse também que as denúncias são a fonte primordial para a atuação do Núcleo e explicou que podem ser de natureza individual ou coletiva. Nas denúncias individuais, há um defensor acompanhando o caso de perto, oferecendo suporte direto à pessoa envolvida. Por outro lado, nas denúncias coletivas, o Núcleo atua como intermediário e suporte para os defensores que supervisionam as unidades, podendo ser ações coletivas mais amplas que abrangem todo o estado. Ela enfatizou a importância de que os defensores sempre forneçam um feedback sobre o caso, com exceção das denúncias anônimas, pois não é possível.

Ademais, pontuou que os requisitos para o encaminhamento de uma denúncia dependem do conteúdo da denúncia. No caso de denúncias individuais, é essencial entender quem é a pessoa afetada, sua família, entre outros detalhes. Para denúncias coletivas, como aquelas relacionadas a exames invasivos que configuram revista vexatória em unidades de saúde, às vezes, a falta de informações detalhadas sobre as vítimas pode dificultar o entendimento de como proceder.

Por fim, mencionou as inspeções realizadas pelo Núcleo e os relatórios gerados a partir delas, e ressaltou que as denúncias podem ser feitas por meio de diversos canais, como email, telefone, entre outros.

A seguir, a Sra. Giovanna abriu a fala para perguntas e reforçou que este é um ambiente voltado para a proposição de ideias e a discussão de propostas.

Assim, o Sr. **Fábio Pereira** (AMPARAR) ressaltou a importância das denúncias anônimas para pensar na implementação da política, uma vez que elas proporcionam proteção às famílias e indivíduos. Comentou também sobre o desenvolvimento de mecanismos de prevenção contra potenciais abusos por parte dos agentes que operam nesse espaço. Ainda, mencionou a coerção das pessoas que estão restritas de liberdade para que elas se dirijam aos hospitais, em relação às revistas vexatórias nas unidades de saúde. Assim, Sr. Fábio destacou a importância de estabelecer um diálogo com o setor de saúde, a fim de que este se posicione quando alguém for coagido, promovendo o estabelecimento de relações mais eficazes.

A Sra. Camila respondeu destacando a importância do posicionamento ético do setor de saúde na construção da política, bem como a necessidade de uma articulação eficaz com a saúde para que não possam alegar desconhecimento do que ocorre nas unidades. Além disso, ela abordou a questão do transporte na saidinha e o tratamento desigual em diferentes unidades do estado, observando que algumas unidades têm ônibus fretados para levar as pessoas de volta às suas regiões de origem, enquanto outras não oferecem essa facilidade, de modo que não há um padrão definido pela SAP. Comentando também que, em algumas situações, mulheres são deixadas nas ruas após a saidinha.

A Sra. **Maria Railda** (AMPARAR) respondeu comentando sobre uma nova possibilidade para os familiares fazerem pagamentos para as unidades, mencionando o uso do PIX para o dinheiro da saidinha. Além disso, ela pontuou sobre a Portaria da SAP, que estabelece que, se o nome de uma pessoa não estiver na lista de visitantes da pessoa restrita de liberdade e o endereço da pessoa presa estiver direcionado para alguém que não esteja na lista de visitas (por menos de 30 dias), a pessoa perde o direito à saidinha.

Nesse momento, o Sr. Dep. **Eduardo Suplicy** (PT) chegou à reunião, fez sua apresentação e convidou a Sra. Maria Railda para apresentar a organização AMPARAR e sua atuação em conjunto com a iniciativa negra.

Após a ida do Dep. Eduardo Suplicy, a Sra. **Mary Jello** (Coletivo por Nós)compartilhou um caso de uma mulher grávida que teve seu bebê na unidade prisional. Após a concessão do alvará de soltura, a mulher foi liberada e acabou em situação de rua, enquanto a criança foi encaminhada para um SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), reforçando que o Estado não buscou a família, apesar de ter informações disponíveis.

Ela também abordou as dificuldades enfrentadas pelos egressos após a libertação, com base em suas experiências pessoais. A Sra. Mary reforçou a importância de uma rede de apoio para lidar com todas as demandas e desafios associados à participação social efetiva e mencionou o medo das famílias em apresentar suas demandas diante das dificuldades que enfrentam.

Em seguida, a sra. Giovanna anunciou a pausa para o coffee-break.

Logo após o intervalo, devido à ausência do Ouvidor da SMDHC, a Sra. Paula deu início à uma breve explanação sobre a atuação da Ouvidoria de Direitos Humanos.

Assim, Paula abordou a importância de contextualizar os espaços onde ocorrem violações e denúncias, destacando a necessidade de identificar os problemas e questões para inclusão no relatório de denúncias. Ela mencionou que a Ouvidoria de Direitos Humanos (ODH) sempre atendeu a população egressa e seus familiares, desde quando funcionava como um balcão de atendimento. Paula explicou que a ODH é um espaço que recebe muitas denúncias do sistema prisional e possui um núcleo central e núcleos descentralizados, e que é responsável por manifestações e denúncias, sejam elas anônimas ou não.

Comentou ainda que uma das fragilidades apontadas é que, em caso de denúncia de serviços do município, a demanda é repassada para a Ouvidoria Geral do Município (OGM), que é responsável pelo acompanhamento e cobrança contínua. No entanto, no caso do Estado, esse acompanhamento e cobrança das demandas não ocorrem da mesma forma, os casos acabam sendo arquivados.

Além disso, a Sra. Paula enfatizou que a política está sob a responsabilidade da SMDHC, que atua no acolhimento de denúncias por meio do atendimento da ODH, que realiza o encaminhamento das denúncias, articulando com serviços do município e demais órgãos competentes. Comentou também que ODH encontra-se em contato com a equipe de Políticas para População Egressa e Familiares, com um fluxo de troca de dados e informações. Assim, passou a palavra para a Sra. Giovanna.

A Sra. Giovanna deu seguimento comentando sobre os dados e denúncias, desde 2020, que a ODH passou para a equipe, destacando o mapeamento dos principais dados. Ela observou que a ODH recebe significativamente menos denúncias em comparação com o NESC e mencionou a importância da articulação com o Núcleo para obter os dados completos, já que não há detalhamento do caso, apenas a quantidade.

Giovanna também abordou a organização e separação das demandas em macrotemas, mesmo que os tópicos se inter-relacionem. Assim, informou que a maioria das denúncias se refere à situação do cárcere, com um total de 37 denúncias. Isso sugere que as condições nas prisões são motivo de séria preocupação, com relatos de problemas relacionados à alimentação inadequada, espaço insalubre, superlotação e supressão da liberdade religiosa.

Informou também que a categoria "Saúde" também apareceu como uma área crítica, com 25 denúncias, que inclui relatos de negação de acesso à assistência médica, demandas de saúde individuais ou coletivas e preocupações específicas relacionadas à COVID-19. Ainda, comentou que a impossibilidade de contato familiar é um destaque na categoria "Familiares," com 17 denúncias.

Outras categorias, como "Violência," com 14 denúncias, e uma variedade de outras áreas, como questões judiciárias, óbitos, corrupção, segurança e pertences pessoais, também são mencionadas nas denúncias. Esses dados destacam uma série de preocupações complexas e multifacetadas no sistema prisional que requerem atenção.

Destacou também a estabilidade nos dados ao longo dos anos, com um aumento na impossibilidade de visita e contato familiar durante a pandemia de COVID-19. O aumento das denúncias em 2023 na ODH pode indicar que mais pessoas estão acessando o serviço. A Sra. Giovanna explicou que apesar do fluxo de trabalho com a ODH, no qual todos os casos são repassados para a equipe de egressos, a ODH mantém sua autonomia na tomada de decisões.

A Sra. Giovanna conclui pedindo sugestões sobre como podem melhorar e alcançar um número maior de pessoas, bem como propostas para encaminhamento de denúncias. Assim, a Sra. Paula convidou os representantes dos diversos espaços que acolhem denúncias a expressarem suas demandas, dúvidas e questões para que possam ser abordadas em consideração às atividades que já estão em andamento.

Em seguida, o Sr. **Marcelo Marchesini** (SGM - SEPE) parabenizou a apresentação dos dados e questionou se seria possível trazer os dados e denúncias relacionados a outros serviços, especialmente aqueles relacionados a pessoas egressas. Ele reconheceu que isso pode ser desafiador, uma vez que a pessoa teria que se identificar, e sugeriu possíveis alterações no formulário da ODH para facilitar esse processo. A Sra. Paula o respondeu e explicou sobre uma conversa no início do ano com o ouvidor a fim de propor alterações no formulário unificado para esse mapeamento dos perfis atendidos, havendo a inclusão de especificidades em um formulário interno. Ressaltou também que, no momento, não possuem esses dados, uma vez que são informações novas deste ano, mas que encaminhará com ODH o tratamento desses dados.

A Sra. Tempestade mencionou a questão da redução de pena, destacando que, quando um preso é transferido de uma unidade para outra, ele perde o trabalho realizado para redução de pena na unidade anterior. Ele também abordou a negligência das empresas que lidam com esse controle, o que viola os direitos das pessoas em cumprimento de pena. Além disso, Tempestade agradeceu pelo acolhimento das denúncias pelo NESC e ressaltou a importância das denúncias coletivas, também enfatizou a importância de ter um defensor público em cada unidade para garantir o acesso à assistência jurídica para as pessoas privadas de liberdade.

A seguir, a Sra. **Juliane Arcanjo** (ITTC) destacou as limitações da ODH, que é de caráter administrativo, e a importância de trabalhar em conjunto com o NESC para mobilização jurídica e para atender as demandas jurídicas dessa população que está em cumprimento de pena.

A Sra. Miriam mencionou um caso da AMPARAR envolvendo uma sobrevivente que estava com um processo na Bahia e que foi encaminhada para o CDHS - Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Sapopemba, e destacou a importância dos serviços locais, ressaltando que, muitas vezes, a articulação no território é suficiente para atender às demandas, evitando que cheguem até a SMDHC, enfatizando a necessidade de estabelecer vínculos no território, especialmente com os serviços locais.

Mencionou também que a AMPARAR tem encaminhado casos para a Ouvidoria e que tem sido uma abordagem positiva. Ademais, ela destacou a questão do acolhimento e institucionalização de filhos de sobreviventes, que muitas vezes são criminalizados e encaminhados para adoção, como no caso de crianças que foram para a Itália. Miriam ressaltou o preconceito enfrentado pelas famílias e enfatizou a importância de tratar o direito como direito, e não como favor.

A Sra. **Maria Lucia Silva** pontuou a importância dos Núcleos de Prevenção à Não Violência como um apoio para a atuação dentro dos territórios, destacando a possibilidade de aliança com os serviços de assistência social e saúde nas regiões. Ela mencionou a subnotificação e o papel das ONGs nesse processo, enfatizando o potencial dos Núcleos para melhorar a detecção e o apoio às vítimas. A Sra. Miriam respondeu mencionando uma reunião do Núcleo na qual discutiu-se sobre árvores e expressou preocupação em buscar apoio nesses espaços.

Em seguida, a Sra. Railda abordou a questão da represália após denúncias, especialmente no contexto da saúde nas unidades básicas. Ela mencionou as punições enfrentadas a cada denúncia e as dificuldades de denunciar violações, incluindo o processo de acionar o defensor público. Ainda, a Sra. Railda falou sobre o aumento do adoecimento das pessoas devido a essas situações.

O Sr. Fábio discutiu as atribuições da SMADS, referindo-se ao Artigo 5º e ao trabalho dos assistentes sociais no sistema prisional. Ele questionou quais assistentes sociais dialogavam com os assistentes sociais do serviço prisional e enfatizou que o território da pessoa não é a prisão. Ele destacou a importância de construir uma rede para que nem a família nem a pessoa fiquem desassistidos, garantindo que a pessoa tenha acesso aos seus direitos.

A seguir, a Sra. **Marina Lages** (Casa Flores) enfatizou a importância das denúncias feitas à SAP e o acesso a essas informações para saber se as denúncias estão sendo feitas. Ela sugeriu a criação de uma cartilha com o fluxo de denúncia de cada organização para evitar duplicidade de dados. Marina também mencionou a necessidade de expandir as unidades de denúncia da SAP.

A Sra. **Samira** (CRN) abordou a situação em que pacientes egressas e não egressas pedem encaminhamento para receber o Bolsa Família, mas são informadas de que é necessário se cadastrar na SISA e no centro de acolhimento. Ela ressaltou a complexidade e excesso de burocracia envolvidos no acesso a esses direitos, levando em consideração o tempo já passado em restrição de liberdade e a necessidade de tais direitos, que demonstra os desafios enfrentados pelas pessoas que tentam obter apoio após o cumprimento de pena e a importância de simplificar e tornar mais acessível o acesso a esses benefícios.

Ainda, a Sra. Mary Jello compartilhou sua experiência, mencionando o tempo que passou em restrição. Ela observou que a saúde foi introduzida no Sistema em 2012 (SIC), mas que a situação só piorou desde então. Mary criticou a precariedade e a falta de humanidade nos serviços sociais, enfatizando a necessidade de ter assistentes sociais de “verdade” e que o sistema atual é caracterizado por violações.

A Sra. Mary também ressaltou a importância de oferecer apoio e informações no sistema prisional, em vez de perpetuar as violações. Ela enfatizou a necessidade de acompanhamento de saúde mental tanto dentro do cárcere, devido ao adoecimento, quanto após a liberação. Ela concluiu destacando a prioridade que o serviço social e a saúde devem ter no sistema estadual para garantir o bem-estar e os direitos das pessoas privadas de liberdade.

Em seguida, a Sra. Tempestade destacou a ausência de documentos das pessoas que estão em restrição de liberdade e ressaltou a importância de exercer pressão para garantir a emissão de documentos dentro do sistema prisional, incluindo CPF, RG e carteira de trabalho, e argumentou que essa deveria ser uma atribuição dos assistentes sociais que atuam no sistema prisional.

O Sr. **Bruno Karam** mencionou a importância do grupo de trabalho e apontou que tais espaços nunca haviam existido anteriormente. Ele também abordou as dificuldades enfrentadas pelos assistentes sociais no sistema prisional, tendo em vista a quantidade de profissionais e a demanda, e usou como exemplo a relação de 1 assistente social para cada 1.000 presos, e citou ainda a discrepância entre a legislação e a realidade dos pré-egressos, presos e sobreviventes.

A Sra. Railda comentou também que algumas penitenciárias estão retendo documentos dos presos, o que afeta a capacidade dessas pessoas de comprar passagens após a liberação. Essa prática cria uma barreira adicional para a reintegração e reforça as dificuldades enfrentadas pelos egressos.

A Sra. Tempestade respondeu e insistiu que nenhum documento está sendo retirado, enfatizando que essa prática não está ocorrendo no sistema prisional. Ainda sobre documentação, a Sra. Miriam observou que, no interior, essa prática de retirar documentos está ocorrendo em algumas unidades. A Sra. **Sabrina Alexandrino** (SMDET) mencionou que, atualmente, existe apenas a carteira de trabalho digital, e não mais a física, o que dificulta o acesso.

Por fim, a Sra. Paula direcionou a discussão de volta para os encaminhamentos e as ações que precisam ser tomadas. Assim, ficou acordado que seria realizada a sistematização das propostas a partir das questões da denúncia na reunião; a mobilização para que ocorra uma reunião entre o NESC e a ODH; buscar por outros dados de atendimento da população egressa nos registros de ODH. Ademais, foi combinado que a próxima reunião do grupo de trabalho será online, no dia 14/11, com a temática de Saúde.

Além disso, destacou que a SAP foi convidada a participar de todas as reuniões e incentivou a apresentação de propostas para a próxima reunião, reafirmando o papel importante desse espaço de discussão.

Concluiu a reunião, convidando os participantes para o 1° Seminário Municipal Sobre População Egressa do Sistema Prisional e seus Familiares, que será realizado em colaboração com o Instituto Recomeçar. Assim, a Sra. Paula e a Sra. Giovanna encerraram a reunião e agradeceram pela presença dos participantes.

**ANEXO 1**

**Lista de siglas**

CPDDH - Coordenadoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;

CPD - Coordenação de Políticas sobre Drogas

CPIR - Coordenação de Promoção da Igualdade Racial;

DIEJA - Divisão de Educação de Jovens e Adultos;

DPE - Defensoria Pública do Estado de São Paulo;

FEDSP - Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo;

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania;

NESC - Núcleo Especializado de Situação Carcerária;

ODH - Ouvidoria de Direitos Humanos;

POT - Programa Operação Trabalho;

SAP - Secretaria Estadual de Administração Penitenciária;

SEPE - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos;

SGM - Secretaria de Governo Municipal da Prefeitura da Cidade de São Paulo;

SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;

SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

SME - Secretaria Municipal de Educação;

SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação;

SMS - Secretaria Municipal da Saúde.